

SEURS 36

Seminário de Extensão Universitária
Região Sul



Educador popular peruano foi o palestrante de abertura do SEURS 36, realizado na UFRGS em agosto

Entrevista com Oscar Jara

Entrevista: Vicente Fonseca

Transcrição da entrevista: Isadora Smaniotto Garcia

Fotos: Andrielle Prates, Isadora Smaniotto Garcia e Vitória Freitas

Educador popular e sociólogo peruano, Oscar Jara é dono de uma extensa trajetória na educação popular latino-americana. Radicado na Costa Rica há mais de 40 anos, nesta entrevista ele conta como Paulo Freire influenciou em sua formação, quais os desafios que a extensão universitária enfrenta no continente face o contexto político atual, entre outros aspectos. A conversa ocorreu durante o SEURS 36, evento organizado pela PROEXT no Campus Centro da UFRGS entre os dias 28 e 31 de agosto de 2018, e do qual Jara foi o conferencista de abertura e ministrante de um minicurso. Duas semanas após o evento, o peruano recebeu o título de Doutor Honoris Causa por parte da Universidade, em cerimônia ocorrida na Sala dos Conselhos.

Revista da Extensão: Como se deu o início de sua trajetória e o seu interesse pela educação popular?

Oscar Jara: Eu nasci no Peru. Naquele momento, anos 1970, já fazia algum tempo, que eu estava estudando filosofia, e apareceu para mim um curso sobre alfabetização que tinha a utilização de um método de um brasileiro que se chamava Paulo Freire. Até hoje, não sei porque, mas fiquei curioso em relação a esse curso, e o fiz. Foi um curso curto, de uns três meses, na Universidade Católica do Peru – na época eu estudava lá. Então, a partir daí, fiquei interessado nessa temática da educação. Eu já trabalhava com um grupo de jovens de uma favela no norte do Peru.

Revista da Extensão: Em que medida esse curso sobre o método de Paulo Freire impactou sua formação?

Oscar Jara: O curso demandava fazer uma experiência prática de aplicação do método de alfabetização. Comecei a procurar nesse bairro quais pessoas precisavam ser alfabetizadas e encontrei cinco senhoras, adultas, que queriam aprender a ler e escrever. A partir de então, comecei a criar uma proposta de uma cartilha da alfabetização, seguindo o método que eu tinha estudado, com palavras geradoras, temas geradores, um processo de conscientização. E comecei a descobrir uma coisa interessante: através do processo da alfabetização que supostamente eu estava ensinando, eu estava também, e na verdade, começando a aprender com estas pessoas: sobre suas vidas, suas visões de mundo, que eu não conhecia. Mas foi uma experiência curta, uma prática do processo do curso. Aí fui para uma cidade do interior, chamada Huancayo, e lá, como “eu tinha experiência” em alfabetização, uma professora pediu para eu ensinar as pessoas. Ela me disse que “aqui tem muita necessidade de alfabetização, você pode dar um curso”. E comecei a trabalhar nessa comunidade, a fazer uma equipe de alfabetização. Um curso também curto, de três, quatro meses. Então, como “eu tinha experiência”, fui chamado por um grupo que ia constituir um programa de alfabetização camponesa na fronteira norte do Peru, e que estava engajado com um processo de reforma agrária. A ideia era que a alfabetização permitisse a participação dos camponeses na

gestão das cooperativas da terra que a reforma agrária ia dar para eles, já que muitos não sabiam ler, nem escrever. Trabalhei lá durante três anos. Ali se deu verdadeiramente o meu início no processo de educação popular, onde se confirmou essa ideia de que eu supostamente ia para ensinar. Realmente, foi uma intensa e imensa aprendizagem porque, seguindo o método de Freire, a gente constituiu uma equipe de pessoas. Tínhamos de morar nas comunidades camponesas, lugares que eu então não conhecia. Só assim se tornou possível pegar as palavras que as pessoas utilizavam na sua vida cotidiana e, a partir daí, criar a cartilha de alfabetização. Mas, em cada palavra, as pessoas estão nomeando o mundo, nomeando a sua visão de mundo, e dava para analisar a sua visão da vivência, das relações humanas, sua relação com a terra. Por isso digo que aprendi muito: eu fui alfabetizado pelas mesmas pessoas as quais eu estava ensinando o processo da alfabetização.

Revista da Extensão: Como foi retornar à universidade após uma experiência tão intensa e modificadora como esta?

Oscar Jara: Após este aprendizado todo, iniciei um processo de trabalho com organizações sindicais. Trabalhei também com grupos de estudantes na universidade e voltei, depois de três anos, três anos e meio, a estudar Sociologia. A partir daí, já não pude separar mais o estudo do processo de educação popular, pois todos os meus trabalhos de Sociologia foram vinculados a temas engajados aos movimentos sociais no Peru. Foi quando eu casei com uma costarriquenha e me mudei para a Costa Rica. Descobri, então, que perto dali ficava a Nicarágua, que estava em uma luta contra a ditadura do Somoza, e fiquei interessado nesse processo de participação popular na revolução que estava em andamento. Trabalhei no Comitê de Solidariedade de lá. Quando ocorreu a vitória da Revolução Sandinista, em 1979, eu estava justamente acabando a minha



Curso sobre método de Paulo Freire mudou a trajetória de Jara nos anos 1970

tese de licenciatura em Sociologia. Meu trabalho foi sobre o processo de democratização na Nicarágua. Então ocorreu a mesma coisa: estava trabalhando na Solidariedade, fazendo materiais de comunicação popular e estudando na universidade. Pessoas com quem eu tinha contatado nesses anos perguntaram para mim “por que você não vem à Nicarágua para trabalhar? Vamos impulsionar a alfabetização depois do triunfo da revolução”. Então eu deixei tudo e fui para lá. Foi uma intensa e imensa aventura de aprendizagem, num momento histórico muito importante, onde qualquer coisa que você sonhava que pudesse fazer era possível: a participação dos camponeses na propriedade da terra, as mulheres se organizando pela primeira vez, uma juventude muito vibrante fazendo atividades culturais... Foi um processo muito grande. E, nesse processo, a gente se encontrou com outros educadores populares de outros países e criamos uma rede, chamada Alforja. Uma rede de educação popular para a região centro-americana. Como eu estava na Costa Rica, me disseram “precisamos de alguém que vá coordenar o trabalho da rede”. Então, atuei como coordenador da Rede Alforja durante vários anos. Depois disso, nos engajamos em outros processos de educação popular. Tive a oportunidade de conhecer Paulo Freire, quando ele foi para a Nicarágua. Eu vim ao Brasil para fazer umas oficinas. Estive quando estava se criando o Instituto Cajamar, em São Paulo. Paulo Freire estava na equipe de constituição deste instituto.

Revista da Extensão: Como foi esse contato com o Paulo Freire?

Oscar Jara: Primeiro, eu o conhecia dos seus livros. Imagina, né, eu fui formado com essas ideias! Então, foi uma grande surpresa, maravilhosa, o conhecer na Nicarágua para um encontro de educação internacional pela paz, em 1983. Foi meu primeiro encontro pessoal com ele. Depois, quando eu vim para o Brasil, voltamos a nos encontrar. Fui para sua casa, no alto da Sumaré, quando ele estava com a sua esposa

Elza. Iniciamos um contato e, a seguir, ocorreu a criação do Instituto Cajamar – que estava desenvolvendo uma proposta de formação, para a qual fui convidado a participar de uma equipe. Paulo Freire estava lá. Convivemos juntos três dias, o dia inteiro. Ainda tenho fitas gravadas dessas conversas. Tive esse privilégio de ter um contato mais próximo com ele, de aprender com ele. Era uma pessoa muito amorosa, estava sempre filosofando sobre qualquer coisa da vida cotidiana. Foi um privilégio muito grande. Depois continuei estudando, lendo suas obras, encontrei-o como Secretário de Educação em São Paulo, também quando eu estive lá. Ele tinha uma influência muito grande em minha maneira de entender a educação popular como uma educação libertadora. Libertadora em dois sentidos: primeiro, de todos aqueles elementos que estão oprimindo nossa consciência, nossa capacidade; e, também, de nossas potencialidades que, às vezes, estão adormecidas, e precisamos despertá-las. Nesse sentido, uma educação popular visa a fazer isso.

Revista da Extensão: Em que medida o senhor considera a importância da educação popular e da extensão universitária em trazer o protagonismo para esses públicos? Porque são duas ferramentas muito importantes dentro do cenário latino-americano, principalmente a partir dos anos 1970...

Oscar Jara: Na verdade, durante muito tempo, a educação popular esteve afastada da universidade. Pensava-se que educação popular era só programa de alfabetização, de uma educação elementar e não tinha a ver com algo que a gente tem descoberto agora: que a educação popular, verdadeiramente, é outra educação. Uma concepção diferente da educação tradicional, “bancária”, unilateral, que vai do professor ao aluno com conteúdos já pré-elaborados. Ela desenvolve um processo de construção de conteúdos, de conhecimentos, a partir da realidade. A universidade deve também ser, neste sentido, popular. Falamos em educação popular em três

sentidos. É o popular, primeiro, porque falamos da educação para todo mundo, para todas as pessoas. Tem de ser democrático, com uma educação pública, gratuita, acessível, de qualidade. Toda educação deveria ser popular nesse sentido. O segundo sentido é o de que a educação popular tem como seus sujeitos as pessoas dos setores populares, que vêm do movimento popular, que sofrem algum nível de exploração econômica, dominação política, opressão ideológica, discriminação, marginalização. Em suma, todos aqueles setores que sofrem algum nível de assimetria são setores populares. Então, uma educação popular deve levar em conta esses interesses e ter como protagonista esses setores populares, o povo. E um terceiro sentido é o de que a educação popular deve visar a um projeto da sociedade em benefício dessas maiorias. Um projeto político, pedagógico, popular. A educação universitária deve ser, então, popular, como um direito garantido para as pessoas. Todos devem ter o direito de ascender a uma educação superior, pública, gratuita, de qualidade, principalmente os setores mais carentes, vulneráveis. A universidade também tem a responsabilidade política de contribuir com as transformações

sociais, especialmente em sociedades tão injustas e polarizadas, como as que temos na América Latina.

Revista da Extensão: E qual o papel da extensão neste contexto?

Oscar Jara: A extensão universitária é uma dimensão do fazer universitário, que às vezes se olha como se fosse uma área, como se fosse só uma tarefa de uma pró-reitoria. Mas a extensão, se a analisarmos criticamente, é uma dimensão do que é o fazer universitário em termos de ação social transformadora. Ela é o elemento que deveria estar no centro da vida da universidade. Às vezes, se pensa que a extensão é como um apêndice, algo que fosse possível tirar sem que acontecesse nada. Ao invés disso, ela deveria ser considerada como o coração, como aquilo que motoriza o que é o fazer universitário porque, neste compromisso entre os setores da sociedade e a universidade (a qual faz parte dessa sociedade), aparecem alguns temas de pesquisa, os temas de docência, a relação entre estudantes, docentes, pesquisadores e comunidades. O fazer da universidade, sua responsabilidade, que se faz



Oscar Jara fala para o Salão de Atos lotado por extensionistas na abertura do SEURS 36

através de uma tarefa de ação social extensionista ou transformadora, é fundamental. Acredito que não deveríamos considerar a Extensão como uma área, mas como uma dimensão essencial do que é o fazer universitário. Por isso, estou trabalhando muito agora com universidades na América Central, na América do Sul, na Colômbia, Peru, aqui no Brasil, na ideia da sistematização de experiências de extensão universitária ou de ação social que possam permitir recolher dessas experiências elementos para pesquisa, para fazer aprofundamento de criação de conhecimento científico, que venha dos problemas reais das pessoas. Muitas vezes, se coloca como a universidade pode pensar em temas que podem ser muito importantes. Mas, se eles não vêm da problemática que a sociedade tem, é uma discussão que talvez interesse só a essa pessoa que está pesquisando. Então, os temas da pesquisa e os seus produtos devem ser feitos a partir e em função da realidade da sociedade da qual a universidade faz parte.

Revista da Extensão: É indissociável...

Oscar Jara: É indissociável. Por isso é que se fala que a docência é ensino, pesquisa e extensão. São três dimensões juntas, indissociáveis. Não são três tarefas afastadas, mas, às vezes, temos professores que dizem “não, eu não pesquiso, eu sou um docente”. Ou “não, eu não faço extensão, eu sou docente”. Ou “eu faço extensão, não pesquiso”. As experiências de vínculo com os movimentos, as temáticas e problemáticas sociais incluem processos de pesquisa, cada vez mais aprofundada. Processos de ensino e aprendizagem, onde os professores devem ser sujeitos também de aprendizagem, e incluem processos de participação das comunidades. É por isso que uma universidade deve ser um espaço de portas abertas para as problemáticas, as questões, os interesses que as pessoas têm, e não um lugar de portas fechadas onde as pessoas entram para conseguir méritos para ascender socialmente e afastar-se dos demais. Não deve ser um espaço de concorrência, mas sim de solidariedade.

A universidade está desempenhando um papel muito importante na formação de nossa sociedade, e também pode assumir um papel fundamental para que as sociedades continuem reproduzindo um esquema de desigualdade e de injustiça. Então, nossa opção é: que tipo de universidade a gente quer? Uma universidade que se adapta a uma lógica de concorrência, desigualdade e injustiça? Ou uma universidade que vai trabalhar pela justiça e pela transformação?

Revista da Extensão: Em que medida o cenário atual lhe preocupa pela possibilidade de ataque a essa função básica da universidade pública, gratuita e de qualidade, como o senhor colocou?

Oscar Jara: Grande, grande preocupação. É uma política que os organismos internacionais estão promovendo, a qual é coerente com os interesses dos governos que estão querendo não só privatizar alguns elementos: querem privatizar a vida, converter tudo em mercadorias. Esta é a ideia dos projetos neoliberais, em função dos interesses dos poderosos. É uma proposta que, em vez de se dirigir a toda sociedade, vai se dirigir para ser mais seletivo, tornar mais elitista o acesso ao conhecimento científico. É uma proposta que considera que o povo não merece ascender à educação superior, só alguns escolhidos podem. A ideia de privatização é muito polêmica por ser a ideia de que o mercado é o principal valor, você não vale nada se não possui coisas. Mas você ainda não é uma mercadoria. Você ainda não pode ser vendido. Suas ideias não se vendem. Seus produtos não se vendem. Essa ideia da venda de tudo, que é o eixo central do capitalismo neoliberal agora na América Latina, está orientando muitos de nossos governos. Não tem jeito, não tem futuro. Ela pode criar, na verdade, problemas muito graves, pois está aprofundando a polarização em nossas sociedades, está criando discriminação, exclusão, cada vez mais. Nós estamos indo totalmente contra estas políticas. Pensamos que o direito à educação deve ser fornecido como um dever do Estado. O Estado

deve dar prioridade em seus orçamentos para os programas da educação, porque ela é um direito, como comer, como o ar, e não um privilégio. São duas visões de mundo totalmente contrapostas, e nós estamos apoiando o movimento dos magistérios. Os professores estão hoje na Argentina, por exemplo, em uma mobilização muito grande pelos cortes que estão fazendo na educação superior (NR: a entrevista com Jara foi realizada no dia 30/08/2018, período marcado por uma grande manifestação de professores e alunos de universidades públicas do país vizinho contra os cortes na área promovidos pelo governo do presidente Mauricio Macri). Aqui no Brasil, considero indignante que vá se congelar por 20 anos os orçamentos para programas sociais. Não faz sentido nenhum preservar um orçamento público congelando algo que é necessário para a vida das pessoas e que, permanentemente, vai ser necessário, cada vez mais. Considero esse congelamento absolutamente absurdo, me cria indignação. Então, nós favorecemos esse processo de direito à educação pública, gratuita, de qualidade, e lutamos pela conquista desse direito, para que a universidade atinja esse objetivo central e fundamental e, portanto, apoiamos os movimentos sociais que estão contra esse processo de privatização. Mas acredito que essas políticas vão também chegar a um momento em que não terão jeito de continuar. A paciência das pessoas também tem limite. Alguns querem privatizar tudo para que se chegue a um momento em que estaremos privados de tudo. Uma privatização que não possibilita um crescimento solidário para atender mais pessoas. Na verdade, trata-se de um processo de restrição progressiva que vai nos privar dos direitos fundamentais que temos. E, por isso, na América Latina, agora, há outros movimentos que estão sendo criados para redefinir também nossas propostas para atender o direito à saúde, à educação, ao trabalho, à previdência, todos os direitos que têm sido conquistados ao longo de muitos anos. Em 1918, ocorreu uma reforma universitária em Córdoba, Argentina, que marcou uma pauta progressista, de que a universidade deve estar comprometida

com a sociedade, e não deve estar afastada de seus problemas. Passaram-se 100 anos deste movimento, e estas políticas querem retroceder à situação de um século atrás. Eles não compreendem que é uma ofensiva de restauração de um passado ao qual os povos não desejam retornar. Não compreendem que isso não tem futuro, que realmente foi uma proposta que procura voltar nossa gente ao passado, e nós não queremos voltar ao passado. Queremos ter um futuro diferente, justo, equitativo, de felicidade para todo mundo. E isso vai acontecer, mas talvez vá demorar um pouco, dependendo do que vamos fazer por isso.

Revista da Extensão: O senhor falou na conferência de abertura do SEURS 36 (NR: ocorrida no dia 28/08/2018, no Salão de Atos da UFRGS) a respeito do tema desse seminário, “Extensão: ação transformadora”, e disse que ele é provocativo. Queria que o senhor comentasse a respeito disso e também uma avaliação do SEURS e das discussões promovidas por ele.

Oscar Jara: Primeiramente, eu acho muito legal que este seja o SEURS 36, pois isso quer dizer que houve 35 edições anteriores. Trinta e cinco processos de encontro, de discussão, de aprendizagem, de troca, que vão construindo uma cultura. Uma cultura também que vem das próprias práticas. Não é um discurso que se ouve falar sobre a extensão, as políticas de extensão, mas sim uma cultura de troca, de análise crítica. Eu tive a oportunidade de conhecer várias experiências muito interessantes aqui, nas universidades do sul do Brasil que estão aqui reunidas e que estão trocando. Experiências de vínculo com setores de movimentos sociais e que possuem uma inquietação de que os setores sociais não sejam objetos de atenção da universidade, mas também sujeitos protagonistas desses projetos. Essa inquietação sobre uma Extensão como ação transformadora significa a transformação das pessoas de objetos em sujeitos, de anônimos a protagonistas, e isso tem a ver com a metodologia com a qual a gente trabalha, como se ensina

nos projetos de extensão, como se vincula esses projetos com a pesquisa e com a realidade e a participação das pessoas, como se planejam os programas de extensão. Tudo isso está relacionado porque não podemos falar que os setores populares vão ser protagonistas de processos de extensão se temos uma metodologia que continua indo da universidade para fora e não que parte da problemática das pessoas, de sua voz, de suas propostas, de suas inquietações, suas possibilidades. Por isso é que achei muito provocador o tema deste SEURS, “Extensão: ação transformadora”, pois acho que não faz sentido falar em extensão senão como ação transformadora. Ela é ação transformadora ou não é. Não é extensão crítica, pode ser uma ação paternalista, clientelista, doadora, tradicional, mas não é a extensão que a gente quer. Por isso, eu prefiro falar de ação social como uma dimensão da extensão, uma dimensão de compromisso da universidade, que possibilita que as pessoas possam ser protagonistas de seu próprio futuro, da construção de uma história. Acho que na América Latina temos que aprender com isso porque, às vezes, temos tido governos que, com intenções de ajudar

o povo, de melhorar as condições dele, não o converteram em protagonista dos processos, como participante direto deles, mas como beneficiário das políticas que os governos estavam proporcionando. Estamos sendo muito críticos disso, colocando que a construção da democracia, verdadeiramente, pressupõe colocar as pessoas no centro das decisões e o protagonismo das pessoas nas suas iniciativas, suas capacidades como o centro de uma política. Isso significa que uma política pública não é apenas governamental: é uma política que recolhe a participação do povo e, por isso, chama-se política pública. Não é uma política do governo para o povo, mas sim na qual o povo é protagonista. A educação popular é uma tarefa que ainda temos pendente. As pessoas com as quais estamos tentando mudar os espaços tradicionais da universidade estão trabalhando para evoluirmos da maneira mais tradicional, vertical, unilateral, a um processo muito mais rico, participativo, muito mais instigador. Um processo que nos redefine, nos possibilite reinventar a democracia desde o que é o fazer democrático que a universidade deve ser, como uma extensão clara e precisa deste fazer democrático.



Jara recebe título de Doutor Honoris Causa na UFRGS em setembro deste ano